



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 9170
de 27 de outubro de 2010

(Regulamenta a gratificação por exercício de atividade médica no programa de saúde da família – PSF criada pela Lei n.º 4100, de 14 de setembro de 2010)

PALMINIO ALTIMARI FILHO, Prefeito Municipal de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das disposições contidas no artigo 79, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro e,
CONSIDERANDO o Artigo 7º, da Lei n.º 4100, de 14 de setembro de 2010, que estabelece a necessidade de regulamentação,

DECRETA:

Artigo 1º - A gratificação instituída para os ocupantes dos cargos de que trata a Lei n.º 4100, de 14 de Setembro de 2010, será paga na forma regulamentada neste Decreto.

§ 1º - O profissional médico deverá solicitar, mediante requerimento dirigido ao Presidente/Secretário Municipal de Saúde, a referida gratificação da lei em epígrafe, conforme ANEXO I, do presente Decreto.

§ 2º - No respectivo requerimento o profissional médico apontará qual é a gratificação que deseja e a forma como vai cumprir as exigências estabelecidas, baseado nos critérios do presente Decreto e na legislação em vigor.

Artigo 2º - A gratificação estabelecida pela Lei em epígrafe será paga mediante o atendimento aos critérios definidos no presente Decreto, bem como por normas complementares estabelecidas por Portaria do Secretário/Presidente da FMSRC.

Artigo 3º - Os critérios para o recebimento da gratificação estabelecida na Lei n.º 4100, de 14 de setembro de 2010 são os seguintes:

TIPO I – Gratificação de 3 (três) vezes o valor da menor referência salarial (CNA1):

- a) Atendimento no programa de unidade de saúde da família por 8 (oito) horas/dia, num total de 40 (quarenta) horas semanais, e;
- b) Atendimento nas 3 (três) especialidades básicas: clínica médica, ginecologia e pediatria, como generalista e conforme preconizado pelo Ministério da Saúde, e;
- c) Realização de visitas domiciliares, conforme preconizado pelo Programa de Saúde da Família, e;

Dr. Carlos Roberto de Azevedo - Ass.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 9170
de 27 de outubro de 2010

2.

d) Disponibilidade de agenda de 24 (vinte e quatro) pacientes/dia com o atendimento de, no mínimo, 21 (vinte e um) pacientes/dia, na unidade de saúde ou na visita domiciliar, ou, no mínimo, 105 (cento e cinco) pacientes/semana, ou no mínimo, 420 (quatrocentos e vinte) consultas/mês, segundo metas norteadoras, e;

e) As metas norteadoras estão estabelecidas no ANEXO II, devendo o profissional médico atingi-las.

TIPO II – Gratificação de 4 (vezes) vezes o valor da menor referência salarial (CNA1):

f) Cumprimento dos itens a) até e) mencionados acima, e;

g) Cumprimento de metas resolutivas: 1 - número de encaminhamentos para outras especialidades inferior a 15% de seus atendimentos; 2 - número de requisições de exames dentro do preconizado pelo Ministério da Saúde.

TIPO III – Gratificação de 5 (cinco) vezes o valor da menor referência salarial (CNA1):

h) Cumprimento dos itens a) até g) mencionados acima, e;

i) Cumprimento de metas resolutivas: 1 - acolhimento e humanização aferido pelo grau de satisfação da comunidade usuária e ausência de reclamações; 2 - participação em seminários, cursos, congressos de atualização profissional, reuniões de equipe e 3 - trabalho em equipe aferido pelo nível dos relacionamentos interpessoais com os diversos profissionais da unidade.

§1º - No requerimento do profissional médico, ANEXO I, o mesmo mencionará qual tipo de gratificação o mesmo vai requerer e deverá atender aos critérios estabelecidos no tipo solicitado – TIPO I, II ou III.

§ 2º - No caso do profissional médico não atingir aos critérios estabelecidos por, pelo menos, 3 (três) meses consecutivos, cessará a gratificação, até a nova opção do médico por outro tipo de gratificação inferior ao anteriormente solicitado.

§ 3º - Não há nenhuma limitação quanto ao encaminhamento dos pacientes, quando o profissional médico assistente julgar necessário, nem nenhum impedimento quanto a solicitar os exames que julgar necessários.

§ 4º - Caso o número de encaminhamentos ou de solicitações de exames ultrapassem o preconizado pelas metas referenciais, o respectivo profissional será contactado, num primeiro momento, afim de que possa manifestar suas justificativas, sendo, se necessário, a partir de então, orientado quanto à necessária adequação. Neste primeiro momento, por exceder aos parâmetros, o profissional não perderá o direito à referida gratificação, entretanto, se após a devida orientação e sem justificativa pertinente persistir fora das metas referenciais não atingirá o critério estabelecido e perderá então a referida gratificação do mês em análise.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 9170
de 27 de outubro de 2010

3.

§ 5º - Os parâmetros preconizados pelo Ministério da Saúde como recomendáveis e que serão assumidos como metas referenciais para atribuição dos critérios de solicitação de exames e o detalhamento deste critério técnico será definido pelo Presidente/Secretário Municipal de Saúde.

§ 6º - As reclamações quanto ao acolhimento e os problemas de relacionamentos interpessoais não serão indiscriminadamente aceitas sem uma prévia análise por parte da Coordenação/Diretoria da Atenção Básica, para que só então possam implicar em comprometimento da referida gratificação.

§ 7º - O não cumprimento das metas norteadoras por insuficiência de pacientes é justificativa para o não atendimento das mesmas, desde que plenamente mencionado no Relatório circunstanciado no referido mês da ocorrência.

§ 8º - No caso de não cumprimento das metas norteadoras estabelecidas no ANEXO II, caberá ao profissional médico a possibilidade de justificar-se, por escrito, perante a Coordenação da atenção básica e a Diretoria Médica da Atenção Básica. Caberá à Coordenação da atenção básica e a Diretoria Médica da Atenção Básica o aceite ou não da justificativa, não cabendo ao profissional recurso do não aceite da justificativa a outra instância, implicando em comprometimento da referida gratificação.

§ 9º - Será estimulada a participação em evento de caráter científico – 1 (um) - no ano, cabendo como justificativa para o não atendimento das metas norteadoras (ANEXO II) no mês correspondente, após autorização oficial da dispensa de ponto pela Diretoria Médica da Atenção Básica/Diretoria Geral de Assistência Médica.

§ 10 - Como critério de gratificação será computada a participação em, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das reuniões técnicas e ou administrativas para quais foram convocados. Esta análise será semestral, e o não cumprimento deste critério terá impacto nas gratificações correspondentes ao semestre posterior.

Artigo 4º - A forma de apuração dos critérios estabelecidos no Artigo anterior será dada pelas agendas médicas e por relatório circunstanciado da enfermeira responsável pela equipe do programa de saúde da família (PSF), após análise e aprovação da Coordenação da Atenção Básica e a Diretoria Médica da Atenção Básica.

§ 1º - No relatório circunstanciado deverá conter as metas quantitativas e qualitativas mencionadas nos critérios acima e concluindo se o referido profissional atendeu plenamente aos critérios estabelecidos.

§ 2º - O relatório circunstanciado da enfermeira do PSF será válido como documento oficial para a aferição dos critérios mencionados, além da agenda médica diária respectiva, folha ponto e de outros instrumentos adicionais a serem criados.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 9170
de 27 de outubro de 2010

4.

§ 3º Caberá à enfermeira do PSF encaminhar o referido relatório, em conjunto com as agendas médicas, até o 3º dia útil do mês subsequente para a Coordenação de Atenção Básica / Diretoria Médica da Atenção Básica e esta para o Departamento Pessoal/RH da Fundação Municipal de Saúde até o 5º dia útil do mês subsequente.

Artigo 5º - No caso do profissional médico não completar no mês os critérios estabelecidos no Artigo 3º que foram requeridos pelo profissional a referida gratificação não será paga no mês subsequente, não cabendo qualquer proporcionalidade nesse caso.

Artigo 6º - O valor da gratificação será reduzido proporcionalmente, se durante o mês, o profissional faltar justificadamente, desde que atendidos os critérios estabelecidos no Artigo 3º, conforme estabelece a Lei em epígrafe.

Parágrafo Único - Caberá à enfermeira do PSF onde o profissional está lotado, anotar e, num primeiro momento, avaliar e avalizar a falta justificada apontando no relatório circunstanciado, sem prejuízo das atribuições do Serviço de Atendimento ao Servidor – SAS.

Artigo 7º - O valor da gratificação não será pago no mês subsequente, se o profissional faltar injustificadamente, conforme estabelece a Lei em epígrafe em seu Artigo 6º.

Parágrafo Único - Caberá à enfermeira do PSF onde o profissional está lotado, registrar e avaliar a falta injustificada, apontando no relatório circunstanciado e na folha-ponto ou outro mecanismo de registro da presença, comunicando tal fato à Coordenação da Atenção Básica e à Diretoria Médica da Atenção Básica.

Artigo 8º - Caberá à enfermeira do PSF, além das atribuições previstas na legislação em vigor:

I - Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas pela Secretaria/Fundação Municipal de Saúde;

II - Orientar os profissionais médicos sobre as exigências regulamentares para a concessão da presente gratificação,

III - Registrar diariamente as ocorrências envolvendo os profissionais e científicá-los dos seus reflexos no valor da gratificação da Lei em epígrafe.

Artigo 9º - O Secretário/Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro poderá estabelecer normas complementares com vistas ao integral cumprimento das disposições previstas neste decreto.

Artigo 10 - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 9170
de 27 de outubro de 2010

5.

Artigo 11 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 27 de outubro de 2010

Engº PALMINIO ALTIMARI FILHO
Prefeito Municipal

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos

Publicado na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.

JOSÉ RENATO GONÇALVES
Secretário Municipal de Administração



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ANEXO I

Eu, _____, médico, CRM _____, lotado na unidade básica de saúde – Programa de Saúde da Família _____, requeiro a gratificação por exercício de atividade médica no programa de saúde da família – PSF estabelecida pela Lei n.º XXX, de XX de setembro de 2010.

Requeiro a Gratificação Tipo () I () II () III

Para o recebimento da referida gratificação, me comprometo a atender aos critérios estabelecidos no Decreto Regumentador da referida Lei.

Estou ciente e de acordo com os critérios estabelecidos no Decreto regulamentador, não cabendo qualquer exceção.

No caso de não atendimento dos critérios estabelecidos, estou ciente de que não terei direito ao recebimento da mesma no mês subsequente.

Médico:
Matricula:
CRM:

ANEXO II

METAS NORTEADORAS – 40 HORAS/SEMANAIS

Atividades	Horas	Atividades executadas
Atendimento de demanda espontânea	5 horas	30 consultas
Atendimento de consultas programáticas	25 horas	75 consultas
Visitas domiciliares	5 horas	Conforme nº de pacientes acamados ou com restrições
Reunião de equipe	3 horas	1 reunião semanal
Atividades de grupo/ palestras/ avaliações	2 horas	Conforme planejamento